



«JOÃO ULRICH, GOVERNADOR DO BNU»

O sonho do distinto governador do Banco Nacional Ultramarino atraído pela época

João Ulrich foi o sétimo Governador do Banco Nacional Ultramarino. Nasceu em Lisboa em 1880. O seu pai, João Henrique Ulrich, foi Vice-Governador da Companhia Geral de Crédito Predial Português. O seu avô paterno, João Henrique Ulrich foi um dos fundadores do Banco Nacional Ultramarino e foi membro do seu primeiro quadro de diretores. O seu avô materno, Guilherme José Ennes, foi diretor do Banco de Portugal. O seu pai morreu quando tinha catorze anos. João Ulrich. Formou-se em 1902 em Direito na Universidade de Coimbra, tendo obtido a máxima pontuação atribuída nesse ano. Nos sete anos consequentes praticou a advocacia, sendo eleito algumas vezes membro do Parlamento, no qual esteve envolvido em importantes projetos de Direito, sendo também membro do Comité de Finanças, onde obteve sempre grande consideração.

Durante a sua vida, João Ulrich (fotografia 1), para além de ter sido Governador do Banco Nacional Ultramarino, foi “Chairman” e membro de importantes companhias, tais como: membro do Conselho Superior do Comércio Externo; Diretor da Companhia Nacional de Navegação; Diretor da Companhia das Águas de Lisboa; Membro do Comité de Auditores da Companhia de Tabacos de Portugal; Diretor da Sociedade Espanhola do Caminho de Ferro Madrid-Cáceres-Portugal; Membro do Comité de Auditores da Companhia de Seguros Previdência; Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola (Pema); Companhia de Petróleos de Angola (Angoil) e Companhia de Diamantes de Angola (Diamang).

Fruindo da maior consideração pública, era conhecido no estrangeiro pela importância dos seus estudos sobre a banca e seguros.

Ficou também conhecido como autor de livros importantes à época, tais como: “Estudos sobre a Advocacia Portuguesa” e “Guia Prático das Caixas de Crédito Agrícola”.

Foi uma peça preponderante na organização do crédito agrícola em Portugal, fazendo uma grande propaganda sobre a matéria, sendo um dos primeiros a fazer legislação sobre o assunto. Destaca-se neste particular, por ter sido também vice presidente da Associação Central de Agricultura Portuguesa e membro da Commission Internationale de l’ Agriculture.



Em 1909, com 29 anos foi eleito Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino, quando este era ainda um banco pequeno, com um capital de 5,400 contos e 1,424 contos de fundo de reserva, distribuindo à data 6% de dividendo.

Em 15 de Fevereiro de 1918, teve lugar a assembleia geral dos acionistas do Banco Nacional Ultramarino, convocada por Francisco Mendonça de Sommer, secretário da mesa.

Esta assembleia geral elegeu João Ulrich¹ para o cargo de Governador. Nesse ano, o capital foi elevado de 9,000 para 24,000 contos e a reserva foi aumentada de 5,260 para 24,900 contos e os dividendos também se elevaram de 9% a 20%.

Correu, ao tempo, que Sidónio Pais² convidou o Dr. Ulrich para Ministro das Finanças, aquando da recomposição do seu gabinete, em 07 de Março de 1918, mas que o Governador do Ultramarino recusou a diligência.

Em 09 de Junho de 1921, a classe de letras da Academia das Ciências de Lisboa ouviu uma proposta de eleição de João Ulrich para a categoria de sócio correspondente. A sua obra, intitulada “Organização do Crédito Agrícola em Portugal” foi a mais apreciada nos apoios da candidatura. Salientava-se o minucioso estudo sobre “celeiros municipais”, que continha o trabalho analisado.

A proposta foi aprovada por unanimidade na sessão de 23, a que presidiu Júlio Dantas³.

¹ O jornal “O Dia”, a propósito da assembleia geral do BNU, escreveu o seguinte” O Sr. Dr. João Henrique Ulrich, herdeiro dum nome que tem uma honrosa tradição na alta finança portuguesa, alia a invulgar cultura do espirito dotes raros de inteligência, que é brilhante, e de trabalho, que é incansável. Orador sugestivo e fluente, cuja palavra é fluente, cuja palavra elegante e fácil, não só nas assembleias gerais das sociedades anónimas, mas no Parlamento fulgurou muitas vezes com intenso brilho, ele relembra aos que o escutam, na figura, na voz, na sua linha de orador moderno, o seu talentoso e malgrado primo Carlos Valbom, a quem a morte tão prematuramente colheu. O Banco Nacional Ultramarino, pondo á frente dos seus destinos o Sr. Dr. João Ulrich, fez uma escolha mais do que acertada: a melhor!”.(Braga Paixão, Cem anos do Banco Nacional Ultramarino na vida portuguesa 1864-1964, Lisboa, BNU, 1964. Vol III, pág. 215)

² João Ulrich tinha sido convidado pelo Sr. Sidónio Pais para aceitar a gerência da pasta das Subsistência e Transportes, tendo declinado o convite”.(Braga Paixão, Cem anos do Banco Nacional Ultramarino na vida portuguesa 1864-1964, Lisboa, BNU, 1964. Vol III, pág. 222)

³ Júlio Dantas (Lagos, 19 de Maio de 1876 — Lisboa, 25 de Maio de 1962 (86 anos)) foi um escritor, médico, político e diplomata, que se distinguiu como um dos mais conhecidos intelectuais portugueses das primeiras décadas do século XX. Na sua atividade intelectual foi um polígrafo, cultivando os mais variados géneros literários, da poesia ao romance e ao jornalismo, mas foi como dramaturgo que ficou mais conhecido, em particular pela sua peça A Ceia dos Cardeais (1902), uma das mais populares produções teatrais portuguesas de sempre. Na política foi deputado, Ministro da Instrução Pública e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1921-1922 e 1923), terminando a sua carreira pública como embaixador de Portugal no Brasil (1941-1949).[1] Considerado retrógrado por alguns intelectuais coevos, como foi o caso de Almada Negreiros, que escreveu o Manifesto Anti Dantas, muito polémico, conseguiu granjear durante a vida grande prestígio social e literário, prestígio que decaiu após a sua morte. Foi eleito sócio da Academia de Ciências de Lisboa (1908), instituição a que presidiu a partir de 1922. (http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_Dantas)



A governação de Ulrich ao leme do BNU entre 1918 e 1931, foi uma das mais importantes e complexas da história do BNU e da banca nacional. Como iremos ver detalhadamente nos parágrafos que se seguirão, a administração de João Ulrich ficou marcada pela solidificação em expansão do Banco a nível internacional, alicerçada na sua larga visão e conhecimento do mundo bancário internacional, mas também pelo colapso final do Banco, ocasionado pela crise mundial de 1930, que arrastou a instituição para a sua falência e a inevitabilidade da entrada do Estado no capital do BNU com a sua consequente nacionalização.

No entanto, esta “efemeridade” não pode esvaziar parte do mérito da governação de João Ulrich, que sob a sua batuta liderou o Banco Nacional Ultramarino, a um patamar nunca antes alcançado por nenhuma outra entidade bancária nacional, com balcões abertos em todos os continentes, alcançando desta forma um prestígio e fama internacional⁴.

Apesar de todo o seu esforço e políticas gizadas para ligar a atividade económica de Portugal às suas colónias e aos emigrantes espalhados pelo mundo, quando a nação foi confrontada com acontecimentos nefastos à escala mundial, como a crise financeira de 1930, a inevitabilidade da queda do BNU foi uma realidade.

Ficará para a posterioridade, que a política delineada por Ulrich para fortalecer o Banco com o seu crescimento a nível internacional, apesar de bem balizada e sustentada, foi infrutífera para sustentar o banco economicamente devido às graves contingências internacionais. O Banco quando foi confrontado com os reflexos da crise internacional de 1930, careceu de sustentabilidade financeira para suportar estas condicionalidades, sendo penalizado severamente por condicionalismos internacionais. No caso particular do BNU, a única salvação foi a intervenção Estatal e a nacionalização do Banco, que vigorou até 1950.

Ulrich enquanto Governador do Banco Nacional Ultramarino, liderou as grandes operações financeiras da época, entre as quais, a organização de grandes companhias e empréstimos concedidos pelo BNU ao Governo.

Entre vários empréstimos concedidos ao Estado, podem-se destacar:

- Em 1918, o Estado tinha recebido do BNU, por força do contrato de 1901, vantagens do quantitativo de Esc. 243.705\$07, a que se deviam juntar as contribuições normais do Banco, no montante de Esc. 61.472\$56,3.

⁴ O Banco Nacional Ultramarino é o banco das colónias portuguesas, estabelecido em 1864. Desempenha um papel importante no fomento financeiro do comércio português ultramarino. Tem duas sucursais no continente português: Porto e Faro. Tem doze sucursais na África Ocidental, tem sete na África Oriental, incluindo Lourenço Marques e Moçambique, sete no Brasil, incluindo as do Rio de Janeiro, Santos Baía e Pará; duas na Índia, uma na China e uma em Timor. Tem agentes em todo o mundo. A sua gerência está em mãos especialmente hábeis, e nestes últimos anos tem desenvolvido muito rapidamente não só as suas operações como também o seu prestígio. (Cit. Por Braga Paixão, Cem anos do Banco Nacional Ultramarino na vida portuguesa 1864-1964, Lisboa, BNU, 1964. Vol III, pág. 230).



- Em 1918, o Estado da Índia foi contemplado com 475.000 rupias.
- Emissão de títulos da dívida pública de 1 217 000 patacas, montante de dois empréstimos que a Colónia de Timor foi autorizada a contratar e contrair, a fim de cobrir o deficit da gerência de 1920-1921 e o deficit orçamental de 1921-1922, pela Lei n.º 1 232, de 27 de Setembro de 1921.
- Autorização em 1926 de pôr à disposição da província de Angola a quantia de 125.000.000\$, moeda da metrópole.
- Autorização em 1926 do Ministério das Colónias de por à disposição da Colónia de Moçambique, através do BNU, a quantia de 100.000.000\$, moeda da metrópole.

O começo da governação de Ulrich em 1918, principiou desde logo com o sonho de estender as dependências do Banco a várias terras do País, como meio de estreitar os laços entre a metrópole e as províncias ultramarinas, dentro da mais larga conceção integracionista do mundo português.

Houve efetivamente um aumento das transferências, feitas a pedido do Governo, para Angola e Moçambique, com o objetivo de custear as expedições militares. As operações continuavam a aumentar e de muitos pontos do país e das colónias chegavam pedidos para a abertura de dependências bancárias.

Muito importante, foi a transformação na mesma época da Empresa Nacional de Navegação em sociedade anónima, com o nome de Companhia Colonial de Navegação, por parte de um grupo financeiro que tinha á frente o Banco e Ulrich.

Devido ao crescente movimento da agência do BNU do Rio de Janeiro (fotografia 2) criou-se aí um conselho consultivo formado por figuras respeitadas do Brasil e de dois brasileiros ligados aos interesses do banco, os Drs. Júlio Ottoni e Levi Carneiro. Superintendia no referido conselho, o Sr. Júlio Schmidt, representante da administração e colaborador do Ultramarino.

O BNU via aparecer sinais de concretização dos seus melhores prognósticos, no ano de 1919. Os lucros da gerência anterior orçavam em 3.000 contos, o que correspondia ao dobro do apurado em 1917. Estava em curso o estabelecimento de várias filiais e agências no continente e no Ultramar, para corresponder às solicitações que chegavam à administração, vindas de empresas comerciais e agrícolas e de muitos particulares.

O Governador Ulrich prometera que todo o comércio da metrópole viesse a beneficiar do apoio bancário, para a realização dos investimentos a que o fim da guerra abria possibilidades de êxito. Ainda que as possessões fossem a primeira orientação, Ulrich não se esqueceu das restantes áreas do espaço português, que ansiavam maior desenvolvimento económico.



No final da sua governação o BNU tinha aberto 40 agências em Portugal e Ilhas e 15 no estrangeiro, podendo-se destacar no continente português a abertura das agências de Aveiro, Angra do Heroísmo, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Funchal (fotografia 3), Guarda, Guimarães, Leiria, Portalegre, Ponta Delgada, Santarém, Setúbal, Silves (fotografia 4), Tomar, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. No estrangeiro tinham-se aberto agências em Cabinda (fotografia 5), Bié e Sá da Bandeira em Angola, Margão na Índia Portuguesa, Ibo em Moçambique (fotografia 6), São Tomé e Príncipe, New York, Manaus e Paraíba do Norte no Brasil, Kinshasa no Congo Belga (fotografia 7), Paris , Bombaim na Índia Inglesa e em Londres.

Este ano é ainda marcado pela incorporação no BNU de outros bancos nacionais. No relatório do Conselho de Administração relativo ao ano de 1919 pode ler-se: “Com o Banco Nacional Ultramarino, ou mais propriamente com as dependências que instituímos e vieram substituir, se acham, pois, hoje amalgamados: O Banco Eborense, o Banco Agrícola Industrial e Comercial de Vila Real, o Banco do Douro e o Banco de Bragança”.

Com o termo da guerra, também o Governo Italiano seguira o exemplo da França, de confiar ao BNU depósitos das subscrições de títulos feitos em Portugal. Tal situação dera motivo que o Banco adquirisse as ações de algumas companhias coloniais portuguesas, cujos interesses se conjugavam com os do Ultramarino, tal como a Companhia Agrícola do Cazengo.

O ano de 1919 também é marcado pelo novo contrato celebrado entre o Estado e o BNU. Foi o Governador João Ulrich que teve a missão de estudar o decreto n.º 5809 (regime bancário colonial) e nomear uma comissão incumbida de estudar o assunto.

Estava em causa a escolha de qual dos bancos podia ter o estatuto de banco emissor. Para ter o privilégio de banco emissor o BNU comprometeu-se a elevar o seu capital social e o limite de transferências diárias gratuitas a efetuar para a metrópole.

Ao Estado cabia o recebimento de uma renda de concessão do privilégio que podia ser anualmente de 4,5% sobre a circulação fiduciária acrescida de 25% da comissão a cobrar nos empréstimos. O contrato entre o BNU e o Estado foi celebrado no dia 04.08.1919 e tinha a duração de 10 anos podendo ser denunciado por ambas as partes. Ficavam estipulados os pontos referentes ao capital e privilégio de emissão de notas e as vantagens concedidas ao Estado relativamente às operações de crédito.

Dado ter-se verificado o novo contrato com o Estado, o BNU teve necessidade de reformular os seus estatutos e submete-los à aprovação ministerial. O documento foi referendado a 15.08.1919 e foi publicado no dia 19.08.1919 no Diário do Governo n.º 192 da II série.



O artigo 1.º declarava que o BNU: "continuava a subsistir como Banco Emissor das Colónias Portuguesas, regendo-se pelos presentes estatutos e disposições legais aplicáveis".

A nomeação de Altos Comissariados em Angola e Moçambique deveu-se à aprovação do projeto de Lei para a criação de Comissários da República para aquelas províncias, da autoria de João Lopes Soares, Ministro das Colónias em 1919. A nomeação do Coronel Norton de Matos⁵ e do Dr. Brito Camacho⁶, que se concretizou na primeira metade de 1921, não produziu

⁵ **José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos** (Ponte de Lima, 23 de Março 1867 - Ponte de Lima, 2 ou 3 de Janeiro de 1955) foi um general e político português. Fez o curso da Escola do Exército e, em 1898, partiu para a Índia Portuguesa, onde organizou os cadastros das terras. Começou aí a sua carreira na administração colonial, como diretor dos Serviços de Agrimensura. Acabada a sua comissão, viajou por Macau e pela China em missão diplomática. O seu regresso a Portugal coincidiu com a proclamação da República portuguesa. Dispondo-se a servir o novo regime, Norton de Matos foi chefe do estado-maior da 5.ª divisão militar. A 17 de Maio de 1912 é iniciado Maçon na Loja Pátria e Liberdade, N.º 332, de Lisboa (Rito Escocês Antigo e Aceite), sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano Unido, com o nome simbólico de *Danton*. Nesse mesmo ano tomou posse como governador-geral de Angola. A sua atuação na colónia revelou-se extremamente importante, na medida em que impulsionou fortemente o seu desenvolvimento, protegendo-a, de certa forma, da ameaça contínua que pairava sobre o domínio colonial português, por parte de potências como a Inglaterra, a Alemanha e a França. Fundou a cidade do Huambo. Foi demitido do cargo em 1915, como consequência da nova situação política que se vivia em Portugal durante a Primeira Guerra Mundial. Foi depois chamado, de novo, ao Governo, ocupando o cargo de ministro das Colónias, embora por pouco tempo. Em 1917, um novo golpe revolucionário obrigou-o a exilar-se em Londres, por divergências com o novo governo. Regressou à pátria e foi delegado de Portugal à Conferência da Paz, em 1919. Mais tarde, foi promovido a general por distinção e nomeado Alto-comissário da República em Angola. Na Primavera de 1919, foi delegado português à Conferência da Paz. Em Junho de 1924, exerceu as funções de embaixador de Portugal em Londres, cargo de que foi afastado aquando da instauração da Ditadura Militar. A 30 de Abril de 1930 toma posse do cargo de Grão-Mestre, dirigindo uma mensagem aos Maçons Portugueses. A 5 de Julho de 1932 Salazar ascende a Presidente do Conselho. A 31 de Janeiro de 1935 protesta, junto do Presidente da Assembleia Nacional, José Alberto dos Reis, contra o projeto de lei que proíbe as associações secretas. A 14 de Maio é emitida uma Resolução do Conselho de Ministros exonerando e / ou passando à reforma uma série de funcionários que oferecem poucas garantias de fidelidade ao regime, entre os quais Norton de Matos. A 21 de Maio dá-se a Publicação da Lei N.º 1.091 que proíbe as associações secretas. Norton de Matos demite-se do cargo de Grão-Mestre, para que pudesse ser eleito alguém desconhecido do Governo. Em 1948, participou nas eleições presidenciais de 1949, reivindicando a liberdade de propaganda e uma melhor fiscalização dos votos. O regime de Salazar recusou-se a satisfazer estas exigências. Obteve vastos apoios populares e apoio de membros da oposição. Devido à falta de liberdade no ato eleitoral, e prevendo fraudes eleitorais, ele acabou por desistir depois de participar em comícios e outras manifestações de massas. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Norton_de_Matos)

⁶ Manuel de Brito Camacho nasceu em Aljustrel no dia 12 de Fevereiro de 1862. Depois dos estudos primários frequentou o liceu de Beja que terminou em 1880. Em 1884 concluiu o curso de Medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Ingressou no Exército Português como cirurgião-ajudante, Em 1891 e começou uma carreira como médico militar que o levaria a Coronel. Brito Camacho entrou na política em 1893 quando se candidatou a deputado pelo círculo eleitoral de Beja nas listas republicanas, mas nunca tomou posse porque escreveu um artigo contra as instituições monárquicas no periódico Nove de Junho, de Beja, tendo sido suspenso por um ano e depois transferido para os Açores, como penalização. Regressou ao continente em 1894 e em Abril fundou O Intransigente, um jornal de crítica política e propaganda republicana. Fundou o periódico A Lucta, que iniciou publicação no dia 1 de Janeiro de 1906, convertendo-se no mais influente jornal republicano e no órgão oficioso do Partido Unionista de que Brito Camacho foi fundador e líder. Nas eleições realizadas depois do regicídio foi eleito deputado pelos republicanos e teve um papel muito importante na preparação do 5 de Outubro de 1910 sendo o elo de ligação entre republicanos e militares, dada a sua ligação ao exército. A 23 de Novembro de 1910 foi nomeado Ministro do Fomento do Governo Provisório. Em 1912 reassumiu o cargo de diretor de A Lucta e foi um dos protagonistas da cisão do Partido Republicano Português liderando a facção mais à direita do novo Partido da União Republicana. Passou a desenvolver uma intensa ação jornalística e política assumindo-se como o principal opositor dos sucessivos governos formados pelo Partido Democrático. Em 1918, depois da eleição de António José de Almeida para a Presidência da República, afastou-se da atividade política, abandonou os cargos de liderança partidária e em 1920 recusou o convite para formar um governo apoiado pelo Partido Liberal Republicano. Entre Março de 1921 e Setembro de 1923 exerceu as funções de Alto-Comissário da República em Moçambique. Depois da revolução de 28 de Maio de 1926 abandonou definitivamente a atividade política, retirando-se para a vida privada. Morreu em Lisboa no dia 19 de Setembro de 1934. Para além de uma vasta obra jornalística e de comentário político, Brito Camacho é autor das seguintes obras: *Impressões de Viagem, 1902. Contos e sátiras, 1920. A Caminho d'Africa, 1923. Os amores de Latino Coelho, 1923. Quadros alentejanos, 1925. Moçambique, Problemas Coloniais, 1926. Jornadas,*



os frutos esperados. Para ajudar os dois Altos-Comissários na sua tarefa era fundamental a cobertura financeira que só o BNU e a administração de Ulrich podiam assegurar. O Alto-comissário em Angola tinha o sonho de a moeda portuguesa ser a única a circular em Angola. Com o apoio do Dr. Ulrich, que ali se deslocou no segundo semestre de 1921 (fotografia 8), obteve facilidades de ordem financeira para investir em melhoramentos de interesse público. Quanto a Brito Machado, chegou a Lourenço Marques em 21 de Março de 1921, deparando-se com uma grave situação de falta de numerário. Mas, embora o Banco tivesse enviado a Moçambique o Vice-governador José da Cunha Rola Pereira para estudar o assunto, a falta de numerário manteve-se.

No dia 26 de Junho assinou-se na cidade de Luanda, o contrato entre a província de Angola e o Ultramarino, sendo outorgantes, pela primeira parte o general Norton de Matos e o Dr. João Ulrich. Pela cláusula 1ª., o Banco ficava obrigado a substituir a sua emissão de notas na província de Angola por uma emissão em notas privativas da mesma província, a qual não excederia os 50 milhões de escudos de Portugal. Pela cláusula 2ª., a partir de 31 de Dezembro era proibida naquela possessão, circularem quaisquer notas estrangeiras ou nacionais, incluindo as do mesmo banco.

No que respeita a Moçambique, a portaria n.º 233, de 26 de Agosto seguinte, tentava resolver a crise monetária e de câmbios que se fazia sentir naquela província. Mantinha-se de pé a disposição que proibia a importação de moeda de prata estrangeira, assim como de notas e papel-moeda da mesma proveniência.

Na província de Angola, o Alto Comissário Norton de Matos lutava com falta de dinheiro para realizar o vasto programa de fomento que se havia proposto, não obstante o apoio dado pelo Governador Ulrich, que se traduziu, entre outros na criação da Companhia Agro-Pecuária de Angola⁷ (fotografia 9 e 10). Foi uma das empresas angolanas em que o Banco mais investiu. Vultuosos empréstimos foram concedidos pelo Ultramarino. Os encargos da administração pública ascenderam a tal monta, que desde os meados de 1923 se tornou impossível assegurar uma parte dos pagamentos no exterior. O crédito do BNU teve de ser limitado, para evitar que o movimento de cobranças se traduzisse na falta de coberturas monetárias nas agências e filiais de Angola.

1927. *D. Carlos, íntimo*, 1927. *Gente rústica*, 1927. *Gente Vária*, 1928. *Cenas da Vida*, 1929. *De bom humor*, 1930. *Gente bóer*, 1930. *Por cerros e vales*, 1931. *A Linda Emília*, 1932. *Matéria vaga*, 1934. *Política Colonial*, 1936. *Rescaldo da guerra*, 1936. *Questões nacionais*, 1937. (<http://centenariorepublica.pt/escolas/personalidade-republica/manuel-de-brito-camacho>)

⁷ Devido ao empenho do Banco Nacional Ultramarino foi criada em 1922 a Companhia Agropecuária de Angola, com o capital inicial de 9.000 contos, destinado a exercer a agricultura cerealífera, a fruticultura e a exploração pecuária na província.



O Comissário viu-se forçado a criar o Banco de Angola (fotografia 11), com capitais oriundos do governo da província e também de particulares. Não dispo de reservas metálicas, emitia certificados ou notas particulares, a fim de não se confundirem com as notas do banco emissor. Encarada com euforia pela população de Angola, não tardou a verificar-se que a iniciativa punha em risco o contrato estabelecido com o Ultramarino, lançando a província nas mais sérias dificuldades económicas. A criação do Banco de Angola tivera os mais graves reflexos na vida financeira da Metrópole e das províncias ultramarinas. Algumas destas recusaram-se a deixar circular as notas emitidas por aquele Banco. Também Ulrich e o Ultramarino se opuseram, a continuar as negociações com o Alto-Comissário. Norton de Matos partiu para Londres com o intuito de arranjar apoio financeiro para o seu projeto e nunca mais regressará a Angola pedindo a exoneração do cargo a 14.06.1924.

Em 01 de Março de 1926 foi inaugurada na cidade de Macau, o grande edifício do BNU, projeto do tenente-coronel de engenharia, Artur Rocha Shiappa Monteiro de Carvalho, encontrando-se esta filial do BNU em crescente movimento, nos finais de 1925. O edifício ainda é hoje utilizado como a sede do BNU Macau.

Era um facto reconhecido na época, que a província de Angola devia ao Banco o montante de 162.300:000\$, moeda da metrópole, que não podia de maneira alguma saldar. Dando ao novo banco emissor um impulso para se desenvolver, criavam-se as condições para em 1928 se denunciar o contrato ainda em vigor entre o Estado e o Banco, sem encargos excessivos para o Tesouro Público. O nº 3 do artigo 1º previa o débito de 162.000:00\$ da parte do Ultramarino, para o lançamento do Banco de Angola. O Ultramarino seria o único banqueiro do Banco de Angola nas colónias. A administração do Dr. Ulrich conseguia assim colher com este acordo, vantagens para as duas instituições, que assim recolham deste intercâmbio valias mais que evidentes, sobretudo o Ultramarino, que beneficiava do futuro desenvolvimento do Banco de Angola e podia, nas operações deste no exterior, servir-lhe de patrono.

Nos atos do governo do Banco no ano de 1927, cumpre pôr em relevo a preocupação de reorganizar as filiais no estrangeiro para lhes dar maior amplitude e independência.

Era o resultado da visão do Governador Ulrich, a quem se devia o prestígio que o BNU tinha alcançado nos grandes bancos do mundo. Não obstante a delicada situação financeira do Tesouro, que o governo do General Óscar Carmona pretendia resolver com a obtenção de um empréstimo externo, o relatório do Ultramarino no ano de 1927 apresentava números superiores aos da gestão anterior.

Por escrutínio direto, o General Óscar Carmona foi eleito, em Março de 1928 presidente da República. Dois meses depois Oliveira Salazar tornou-se novo Ministro das Finanças.



A chefia de Salazar, como Ministro das Finanças, viria a ter reflexos na vida interna do BNU. O decreto nº 16274, de 22 de Dezembro de 1928, emanado do Ministério das Finanças, pretendia intervir no funcionamento interno das instituições bancárias. Por tal motivo, o artigo 1º decretava que só tinham direito de voto os acionistas que possuíssem um mínimo de cinquenta ações ou os que, agrupados nos termos do § 4º do artigo 183º do código comercial, atingissem esse número.

Em 1928, os lucros da gestão foram de 95.286:533\$61,1 escudos, que com o saldo adicional anterior de 677.613\$05,7, ascenderam a 95.964.146\$66,8. O movimento, incluindo a sede e as dependências no Ultramar e no estrangeiro, atingira o montante de 53.227.565:515\$05,1, o máximo verificado nos últimos dez anos de instituição.

A 03 de Agosto de 1929, foi assinado um novo contrato entre o Ministério das Colónias e o BNU. Foram outorgantes o Coronel Eduardo Augusto Marques, titular da pasta, e o Dr. João Henrique Ulrich e José da Cunha Rola Pereira, respetivamente, Governador e Vice-governador da instituição. O contrato visava o exercício do privilégio e o exclusivo de emissão de notas nas colónias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Índia, Macau e Timor, cabendo ao Ultramarino exercer funções de banco emissor, de banco comercial e de participação no crédito de fomento colonial. A nota mais saliente do diploma é a maior intervenção do Estado nos corpos gerentes do Banco. O BNU ficava assim ligado ao poder político, o que lhe limitava a sua autonomia. Consequência lógica do decreto de 04 de Agosto de 1929, foi a entrada para o Conselho de Administração de dois representantes do Governo. O Dr. Avelino de Jesus por parte do Ministério das Finanças e o general João José Sinel de Cordes por parte do Ministério das Colónias.

Um dado importante a assinalar em 1929, respeita à inserção do BNU nos mercados financeiros da Inglaterra e da França. Desde o ano de 1918 que funcionavam balcões em Londres e Paris. A assembleia geral de 28 de Abril de 1928 dera a sua concordância para remodelar essas representações, convertendo as suas dependências em institutos bancários autónomos das referidas nacionalidades. Tornou-se assim possível a fusão do Banco nesses dois países, de onde resultou em Dezembro de 1929 o Banque Portugaise d' Outre Mer, em Paris, e o Anglo Portuguese Colonial & Overseas Bank, Ltd.⁸, em Londres.

A crise de 1930, sentida em todo o mundo, provocou gravíssimas consequências na vida financeira portuguesa, tendo afetado amplamente a atividade bancária. Na desconfiança da

⁸ Da reorganização referida, concluída em Dezembro de 1929, associaram-se elementos franceses e ingleses, ficando estes a participar na direta gestão dos bancos criados, salvaguardando-se no entanto a preponderância financeira e administrativa por parte do BNU. (relatório do BNU de 1920 a 1960, pág. 135).



bancarrotas, o público ia retirando os depósitos bancários, criando assim dificuldades na gestão de muitos estabelecimentos. A crise económica espalhou-se no país, devido às más colheitas e à baixa de cotação no mercado colonial dos principais géneros vindos do ultramar. O BNU era uma das primeiras vítimas da situação económica, não lhe sendo possível satisfazer as orientações do Ministério das Finanças no sentido de uma pronta ajuda aos graves problemas com que se debatia a província de Angola. O Banco chegou ao fim do ano de 1930 sem apresentar o relatório com o balanço e contas da gerência do exercício, mesmo na contingência de não poder efetuar pagamentos. A administração de Ulrich pôs os seus lugares a disposição do Ministério das Finanças, o que teve como imediata consequência a intervenção do Estado na vida do estabelecimento.

O Governo Português tornou-se acionista do Banco e passou a estar representado através da nomeação de um Conselho Administrativo. Apenas em 1950 o Banco sairá desta fase, visto ter sido o último ano em que foi gerido pelo Conselho Administrativo criado pelo decreto n.º 19.335 de 10.02.1931.

O Ministério das Colónias, através da Portaria n.º 7026 constituiu o Conselho Administrativo do Banco Nacional Ultramarino.

Nos termos do artigo 1º e 2º do Decreto n.º 19 335, de 10 de Fevereiro de 1931, mandava o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e das Colónias, que o Conselho Administrativo do BNU, criado pelo artigo 1º do decreto referido fosse composto pelos seguintes cidadãos: António dos Santos Viegas, Comissário do Governo junto do Banco Nacional Ultramarino, Quirino Avelino de Jesus, Administrador do Banco por parte do Ministério das Finanças e Jaime da Fonseca Monteiro, Administrador do Banco por parte do Ministério das Colónias.

No dia 13 de Julho de 1956, para assinalar os trinta anos de entrada do Dr. Francisco Vieira Machado⁹ para os corpos diretivos do Ultramar, realizou-se uma cerimónia de homenagem ao Governador. Entre as pessoas que se associaram à manifestação, contava-se o Dr. João Ulrich, que fora Governador do Ultramarino entre 1918 e 1931 e estivera na origem do desenvolvimento que a instituição conheceu nesse conturbado período da história financeira portuguesa e mundial. Após a saudação que proferiu em louvor do Dr. Vieira Machado, foi acometido por um ataque cardíaco que o prostrou.

⁹ Francisco Vieira Machado foi um dos mais ilustres políticos e banqueiros do tempo do Estado Novo. De entre a sua vasta biografia destaca-se a sua atividade no Ministério das Colónias e principalmente no Banco Nacional Ultramarino. Apesar do bom trabalho desempenhado no Ministério das Colónias, é efetivamente no Banco Nacional Ultramarino, aonde regressa em 1944, para o seu 2º período de atividade, desta vez como administrador, que irá desempenhar o seu mais brilhante papel, o de Governador do BNU, cargo que iria ocupar desde 12 de Fevereiro de 1951 até 04 de Fevereiro de 1972



Quis o destino que o malogrado Governador falecesse junto da instituição e de alguns amigos, com que tinha ganho e perdido batalhas, na edificação do maior banco de cariz planetário alguma vez criado em Portugal.

O relatório de 1956 do Banco Nacional Ultramarino, elogiando as sólidas estruturas de que o Dr. João Ulrich tinha dotado o Banco, punha em destaque a figura do antigo Governador “que dedicadamente pôs ao serviço desta casa o seu talento fulgurante e as suas raras qualidades de trabalho”.

Miguel Costa

Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Setembro de 2014



Galeria de imagens



1. Retrato a óleo do Governador do BNU, João Ulrich (1918-1930)



2. Filial do BNU do Rio de Janeiro. Inaugurada em 1913



3. Interior da Filial do BNU no Rio de Janeiro. Inaugurada em 1913.



4. Filial do BNU no Funchal. Inaugurada em 1919



5. Agência do BNU de Silves. Inaugurada em 1920.



6. Agência do BNU de Cabinda. Inaugurada em 1919



7. Agência do BNU do Ibo em Moçambique. Inaugurada em 1920.



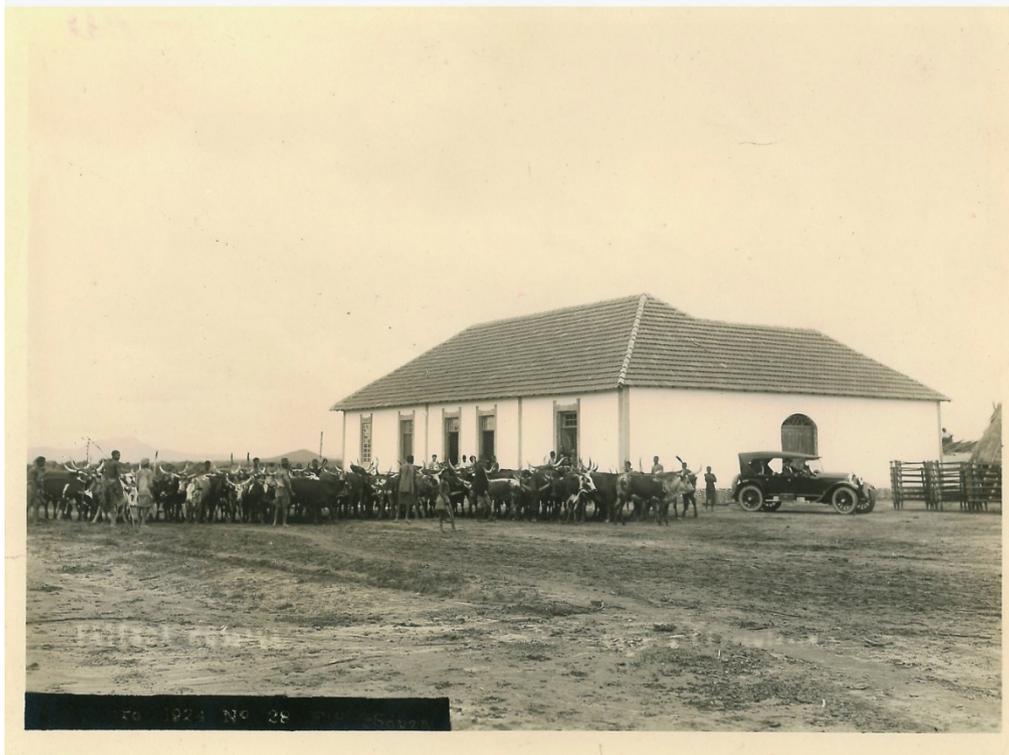
8. Agência de Kinshassa do BNU. Inaugurada em 1919



9. Visita do Governador João Ulrich a Angola. 1921.



10.- Viagem de João Ulrich a Angola. 1921.



11. Companhia Agrícola-Pecuária de Angola. Anos 20 do Sec. XX.



12. Post Card da Companhia Agrícola-Pecuária de Angola. Anos 20 do Sec. XX.



13. Agência do Banco de Angola no Lobito. Inaugurada em 1926.